



GRUPO DE TRABALHO 1 - POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO NA PAN AMAZÔNIA

A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS EM PORTO NACIONAL-TO, 2014-2020.

Jardeane Reis de Araújo¹
Rosane Balsan²

Palavras-chave: Políticas Públicas Culturais. Patrimônio Cultural. Memória Social. Política de Memória. Porto Nacional-TO.

INTRODUÇÃO

O Município de Porto Nacional é um dos mais significativos na história do estado tocantinense, ao nosso ver, pela trajetória que resultam de diferentes processos e territorialidades existentes, sendo que os registros históricos remontam a passagem por três períodos marcantes (Brasil Colônia, Império e República), na qual fora denominada de Porto Real, Porto Imperial e Porto Nacional (GODINHO, 1988). Assim, discutir sobre as políticas culturais em Porto Nacional ou como um todo, é também entender que a cultura é um produto do fazer de tudo que o homem constrói seja ela material ou imaterial (BOTELHO, 2001).

Logo, partindo da premissa de que os estudos sobre Cultura no Brasil revelam a escassez de políticas e ações que promovam a preservação e conservação desses espaços e instituições culturais, e tendo por base que nos últimos anos as políticas culturais em Porto Nacional acabam beneficiando alguns lugares mais que outros, seja por falta de visibilidade, seja de inclusão, e/ou de respeito as diversidades e pluralidades da área de cultura, as quais encontram-se as margens das políticas públicas direcionadas para a cultura e para a memória. Nesse sentido, como os recursos financeiros estão sendo aplicados a fim de preservar e conservar as seguintes

¹ Mestranda do curso de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Acadêmica do curso Letras - Porto Nacional, Universidade Federal do Tocantins (UFT); E-mail: jardeane.araujo@uft.edu.br

² Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora Adjunta do Curso de Geografia - Porto Nacional, Universidade Federal do Tocantins (UFT). Participa da Rede de Pesquisadores de Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas da Pan-Amazônia (TPP PAN-AMAZÔNIA); E-mail: rosanebalsan@hotmail.com.

instituições ou áreas culturais - Praça Nossa Senhora das Mercês, Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional e a Biblioteca Pública Eli Brasiliense - em Porto Nacional?

Posto que, Porto Nacional apresenta um significativo centro urbano do conjunto da arquitetura colonial brasileira, tendo sido a primeira cidade do atual estado do Tocantins a ser classificada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)³ como patrimônio cultural brasileiro. Para esse trabalho selecionamos dois espaços patrimonializados - a Praça Nossa Senhora das Mercês e o Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional -, e ainda a Biblioteca Pública Municipal Eli Brasiliense por sua importância para a sociedade.

Portanto, ao se trabalhar com as políticas públicas de cultura e de memória procuramos entender destinação de recursos e a incipiente socialização dos dados. Demonstrando um entrelaçamento entre dados, discussão teórica e um olhar para os estudos de caso. Esta pesquisa pretende ter um caráter expositivo e reflexivo, destinado a comunidade portuense e a todos os pesquisadores interessados. Vale enfatizar que o recorte geográfico se deve aos dados disponíveis em dois períodos de gestão pública 2014-2020. Vale explicitar que não é nossa intenção a comparação entre as gestões. Assim, sendo os dados serão usados para a reflexão, e tem por objetivo expor o quantitativo de recursos presente na programação financeira dos anos de 2014 a 2020.

METODOLOGIA

Este estudo tem como *corpus* de pesquisa: os Quadros de Detalhamento das Despesas (QDD), respectivos aos anos de 2014 a 2020, exceto o ano de 2017 que não tivemos acesso até o momento desta pesquisa; as Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) dos anos de 2015 – Lei nº 2.214/2014⁴ – e 2016 – Lei nº 2.275/2015⁵ –, as quais propõem recursos orçamentários para as instituições e espaços culturais aqui citados; e do projeto “A identidade histórica e cultural de Porto Nacional: uma acessibilidade através dos acervos”⁶, que trata acerca do Museu de Porto Nacional e da importância da conservação e preservação do patrimônio histórico e cultural do município. A coleta dos dados referente ao QDD e a LOA, foram extraídos junto aos documentos da Secretaria da Cultura e do Turismo (Secult), da Câmara Municipal, e da

³ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2043>>. Acesso em: 02 de out.2021

⁴ Disponível em:

https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2014/192/192_texto_integral.pdf. Acesso em: 28 de ago. 2021.

⁵ Disponível em:

<https://sapl.portonacional.to.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2015/1940/lei_2275.2015.pdf>. Acesso em: 28 de ago. 2021.

⁶ Disponível em: <http://cajui.uft.edu.br/proide-pn/historico.html?showall=1>. Acesso em: 02 out. 2021.

Contabilidade do município. Ademais, vale frisar que a lei que institui o Sistema Municipal de Cultura foi aprovada em 2015 – Lei nº 2.259⁷, de 28 de setembro de 2015. Essa, divide as áreas culturais em duas grandes áreas temáticas: *arte/cultura* e *patrimônio cultural*. Sendo que este estudo estende seu olhar para a segunda grande área no tocante as alíneas b e d, inciso II, parágrafo único, art. 5º, quando trata sobre: “b) arquivos, museus, salas de memória, centros culturais e coleções particulares” e “d) patrimônio material”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A área de cultura em Porto Nacional tem por foco eventos pontuais, sempre relacionados as principais festividades ou datas comemorativas, se estendendo a Semana da Cultura. Assim, quando se tem a programação de recursos destinados aos espaços e instituições da Cultura, como a exemplo da Praça Nossa Senhora das Mercês, do Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional e da Biblioteca Municipal Eli Brasileira, observa-se que há a destinação de recursos associados a manutenção, revitalização, ampliação e/ou construção ou reforma, no entanto, é possível verificar conforme os dados presente nos QDDs que a destinação de recursos está sendo esporádica, nem todos os anos se tem uma programação orçamentária específica para esses espaços, como mostrado no quadro 1.

Quadro 1. Orçamento público programado pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Nacional, 2014-2020.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Revitalização da Praça Nossa Senhora das Mercês	-	-	900.000,00	-	1.210.000,00	-	-
Museu Histórico e Cultural de Porto Nacional	-	-	-	-	25.000,00	51.000,00	10.000,00
Biblioteca Municipal Eli Brasileira	-	15.000,00	15.000,00	-	175.000,00	385.000,00	260.000,00

Fonte: Dados dos Quadro de detalhamentos das Despesas, da Câmara Municipal de Porto Nacional. Organização pelas autoras.

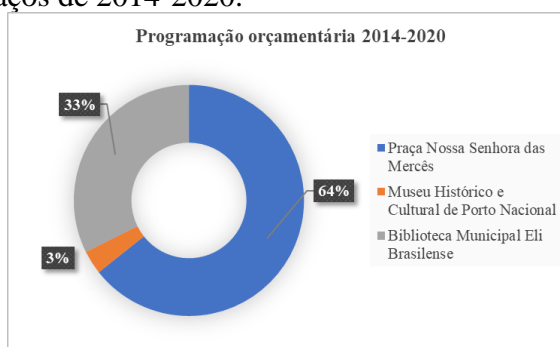
Outro destaque, faz sim em relação ao museu, posto que no período relacionado de 2014 a 2020 e levando em conta os dados obtidos, só há a programação de recursos para os anos de 2018 a 2020. Ressaltamos que, nas LOAs, respectivas aos exercícios de 2015 e 2016 existem a projeção de recursos, mas quando chega na programação mais próxima da realidade, o QDD, este é retirado, e para a biblioteca houve a redução orçamentária. Através dos relatórios de

⁷Disponível em: https://portonacional.to.gov.br/images/leis_e_decretos/leis_2015/LEI_2.259_SISTEMA_MUNICIPAL_DE_CULTURA.pdf. Acesso em 03 de jun. 2020.

execução não está sendo possível identificar onde os recursos estão sendo investidos ou efetivados.

A Biblioteca teve a retomada⁸ da reforma do espaço físico e ampliação do acervo, em 2019. Portanto, conforme dados do portal da transparência é possível identificar que em 2019 e 2020, a biblioteca teve um investimento de R\$ 350.000,00,⁹ ambos os recursos vieram da União. Os recursos financeiros destinados para a biblioteca relacionados acima são referentes à manutenção, reforma, construção ou ampliação da mesma. Já em relação à praça Nossa Senhora das Mercês, essa passou por uma nova revitalização, tendo assim outros aspectos que remontam a parte do patrimônio histórico e cultural descaracterizados. Sendo que a revitalização está dentro do programa da secretaria denominado “preservação de bens e acervos culturais”. Fato que para Cruz (2012) as ações para a proteção de bens culturais sofrem interferências do contexto social e econômicos, sendo preservados ou não conforme essas políticas. Portanto, percebe-se que na comparação da relação de recursos destinados aos espaços acima, tem-se que no museu as ações de preservação e conservação são inadequadas e escassas, em vista do valor cultural para o município e essas ações têm por foco, na grande maioria, revitalizar trazendo elementos novos e não preservar e conservar (gráfico 1).

Gráfico 1. Concentração da programação de recursos pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Nacional, aos três espaços de 2014-2020.



Fonte: Dados dos Quadro de detalhamentos das Despesas, da Câmara Municipal de Porto Nacional. Organização pelas autoras.

A praça Nossa Senhora das Mercês está situada à frente da Igreja, a Catedral Nossa das Senhora das Mercês, assim Castriota (2009 p.134-135), pontua que: “quanto às praças, essas vão estar indiscutivelmente ligadas ao papel desempenhadas pelas igrejas [...]”. Desse modo, o centro histórico de Porto Nacional segue “[...] na trama de nossas cidades, a cada igreja

⁸ Disponível em:

<https://www.portonacional.to.gov.br/images/09.1_EDITAL_T_PR_001_2019_CULT_REFORMA_BIBLIOTECA_2.pdf>. Acesso em: 04 de out. 2021.

⁹ Disponível em: <https://portonacional.prodataweb.inf.br/sig/app.html#/transparencia/comparativo-receita-prevista-com-arrecadada/>. Acesso em 12 abr. 2021.

costumava corresponder uma praça, centro da sociabilidade da vida urbana que se formava” (CASTRIOTA, 2009 p. 135).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recuperação de centros urbanos degradados através do apelo cultural é muito frequente na destinação dos recursos públicos. Em Porto Nacional ao estudarmos as destinações de recursos públicos, nota-se que muitas vezes é destinado investimentos para monumentos isolados. Assim, não podemos pensar apenas na edificação e precisamos pensar e destinar recursos pensando em uma articulação com as pessoas, com os objetos, ou usos e como eles se relacionam e como inclusive se podem proporcionar bem-estar dos usuários, moradores e visitantes e não só concentrar recursos de infraestrutura.

Como vimos na pesquisa para a preservação do patrimônio cultural, mesmo tendo disponibilizado algum recurso econômico, é necessário que os cidadãos conheçam os mecanismos administrativos legais a serem utilizados para a proteção e ações que precisam ser mais publicizadas para que a sociedade conheça seu valor e necessidade de investimento. Outra recomendação que a pesquisa indica vem ao encontro de Chuva (2002, p.75) quando afirma: “[...] necessidade de capacitação de detentores dos bens culturais, para se tornarem agentes capazes de acessar os recursos disponibilizados pelos programas nacionais de fomento na área de patrimônio cultural”.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, p.73-83, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CHUVA, Márcia. Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos Nogueira. (Orgs.) **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 95-104, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74255/77898>. Acesso em: 04 out. 2021.

GODINHO, Durval da Cunha. **História de Porto Nacional**. Goiânia: [s. n.], 1988. 206 p.